

Congreso Iberoamericano de Educación

METAS 2021

Un congreso para que pensemos entre todos la educación que queremos
Buenos Aires, República Argentina. 13, 14 y 15 de septiembre de 2010

ACCESO Y PERMANENCIA EN UNA EDUCACIÓN DE CALIDAD

A mobilização política de jovens pobres pelo direito à educação superior no Brasil

Diógenes Pinheiro¹

¹ UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
diogenes@alternex.com.br

1. Introdução

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo governo federal brasileiro em 2007, tem metas ambiciosas para elevar a qualidade da educação básica e promover um processo de educação continuada através da integração desta com o ensino profissionalizante e com o ensino superior. Um aspecto central do PDE é reaproximar as universidades das escolas públicas, buscando superar uma separação histórica entre esses dois níveis do ensino público que já dura quatro décadas. A universidade brasileira reencontra a escola pública mais precária do que quando dela se afastou, nos anos 1960, mas ao mesmo tempo encontra uma escola que hoje inclui quase todos e, a despeito de seus graves problemas, é um espaço importante de socialização da juventude e de ascensão social dos filhos das classes populares.

Dados educacionais mostram que democratizamos a escola fundamental, que alcança mais de 80% dos jovens, porém menos da metade daqueles entre 15 a 17 anos de idade está cursando o ensino médio e apenas 13% dos que têm entre 18 e 24 anos estão no ensino superior (Castro et al., 2009). Para estudantes vindos de territórios populares – escolas de favelas e periferias - este número cai para 1% de jovens pobres na universidade pública. Estar no ensino superior ainda é um direito restrito, que demarca destinos sociais e limita estratégias de desenvolvimento. Na última década, o debate se polarizou em torno das ações afirmativas raciais, mas não avançou no desenvolvimento de outras medidas que coloquem esse patamar mais próximo dos 30% de jovens na universidade previstos no Plano Nacional de Educação para 2011.

Desde os anos 1990, estudantes pobres vêm ocupando progressivamente as universidades brasileiras, vindos de escolas públicas. A inclusão silenciosa de jovens das periferias ainda se limita a cursos de menor prestígio, porém tem gerado mudanças tanto nas universidades quanto nas escolas públicas. A maioria deles chega à universidade com sérios problemas de formação, forçando a reajustes nos currículos para se manter a excelência acadêmica duramente conquistada pelo ensino superior, o que gera tensões com movimentos populares, que radicalizam e acusam a universidade de ser elitista e meritocrática. Nas universidades, a presença de estudantes com esse perfil é mais visível em áreas como a extensão universitária ou em programas como as várias modalidades de bolsa permanência, que geralmente os coloca como multiplicadores de ações para fora da universidade, especialmente em territórios populares.

Nos concentraremos nessas políticas universitárias voltadas para o acesso e permanência de jovens pobres no ensino superior, usando como pano de fundo o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que prevê, entre outras coisas, que as universidades federais dobrem o número de discentes. As políticas de reforma universitária enfrentam grandes desafios para aumentar o acesso com qualidade, que são tanto materiais quanto simbólicos. O principal deles é que a universidade pública brasileira não foi pensada para estudantes pobres e, portanto, não está preparada para recebê-los. As ações de movimentos populares têm aberto brechas no sistema de acesso, mas o esforço da permanência recai sobre o estudante e seu grupo familiar. Há carências de equipamentos coletivos como restaurantes, bibliotecas ou alojamentos, grandes barreiras para a permanência de estudantes pobres, mas há resistências também entre a maioria dos docentes que considera as medidas de apoio estudantil assistencialistas e acredita que o ingresso desses estudantes baixará a qualidade acadêmica da instituição.

2. A universidade como a nova fronteira da democratização educacional

Segundo dados do Inep, o ensino superior brasileiro é majoritariamente privado. Das 2.252 instituições de ensino superior do país, apenas 10% são públicas, divididas entre os níveis federal (4,1%), estadual (3,6%) e municipal (2,7%). Esta pesquisa ocorreu na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a menor entre as quatro Instituições Federais de Educação Superior (IFES) do Rio de Janeiro. Atualmente, a UNIRIO possui em torno de 9.000 alunos, sendo aproximadamente 4.000 a distância. Portanto, estamos falando de uma posição bastante restrita no campo educacional e, por isso, as questões aqui abordadas estarão sempre referidas a esse horizonte. No entanto, acreditamos que muitas delas têm validade mais geral, e gostaríamos de problematizar o processo recente de democratização da universidade, ainda inconcluso e sujeito a polêmicas, mas que abre possibilidade de se fazer uma discussão mais ampla sobre o aprofundamento da democracia brasileira a partir da análise da ampliação do direito à educação superior.

A UNIRIO possui um grande contingente de alunos que têm origem popular ou que são trabalhadores, principalmente nos cursos de graduação e, especialmente, nos cursos noturnos. No entanto, não se tem conhecimento de quantos eles são, quantos trabalham e no que trabalham, e quais são as condições que enfrentam para se manter na universidade. No entanto, ninguém desconhece que um traço comum entre esses estudantes é a dificuldade em cursar a universidade com qualidade, uma vez que têm pouco tempo disponível, resultado das longas jornadas de trabalho, ou enfrentam dificuldades na aquisição de material didático e na própria manutenção cotidiana na universidade, como transporte e alimentação, o que os leva a evadir ou a cursar precariamente o ensino superior, dificultando sua possibilidade de ingresso qualificado no mercado de trabalho e, conseqüentemente, sua trajetória de ascensão social. Em suma, o acesso à universidade está longe de resolver os problemas dos estudantes de origem popular.

O programa nacional de extensão “Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares” (SECAD/MEC)² teve início na UNIRIO em 2006, a partir da seleção de 44 estudantes de origem popular e de dois mestrando, que passaram a atuar em oficinas realizadas em 88 escolas vinculadas ao Programa “Escola Aberta” (UNESCO/MEC), que é um programa nacional de parceria entre organizações da sociedade e a escola pública. Abrir as escolas para utilizar o espaço escolar em áreas de periferia durante os fins de semana baseia-se na compreensão de que a escola, como equipamento público, tem utilidade para além do período regular em que está aberta para os alunos. Nos fins de semana, as escolas se abrem para a comunidade do entorno para a realização de atividades recreativas e educativas, pois nessas comunidades populares geralmente a escola é o único local onde existe uma quadra de esportes ou uma sala para grupos se reunirem e realizarem alguma atividade. Os bolsistas do programa Conexões de Saberes/UNIRIO realizam oficinas de leitura e direitos humanos, centradas em temas que trabalham em suas graduações. Assim, bolsistas de Enfermagem abordam temas ligados à saúde, os de Pedagogia trabalham com oficinas lúdicas de reforço de conteúdos, os de Biblioteconomia trabalham com letramento, etc.

Os jovens de periferias urbanas têm seu cotidiano marcado pela combinação de vulnerabilidades: baixa escolaridade, convívio com grupos criminosos e preconceito. Embora correta, essa leitura não retrata com fidelidade o papel ativo que têm desempenhado na busca por visibilidade social, via ações culturais e educacionais, que os torna um dos grupos sociais mais ativos das metrópoles brasileiras. As propostas mais

² Bolsistas da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), são parte de um programa nacional de Extensão em Educação Popular com ênfase em ações afirmativas, presente em 33 IFES. Todos os bolsistas são universitários de origem popular: vindos de escolas públicas, os primeiros da família a chegar ao ensino superior, com renda familiar até 6 salários mínimos, preferencialmente pretos ou pardos, moradores de espaços populares: favelas, periferias.

efetivas de redução da vulnerabilidade têm utilizado a cultura como ferramenta de conscientização, formação e transformação da autoimagem desses jovens, como uma porta de entrada para o mundo da leitura, educação e formação continuada em busca de melhores empregos. A grande novidade do período recente é a presença do próprio jovem como sujeito social, falando em seu nome, buscando se expressar e ser ouvido. Ele não quer ser apenas o *Outro* da análise social, mas ser um dos sujeitos a definir a configuração de um novo arranjo de sociedade, necessariamente mais moderno e inclusivo. A cultura como mecanismo de reterritorialização de espaços degradados pela violência e pelo abandono do Estado é também uma experiência social visível desde a década passada e é sobre as dificuldades e possibilidades dessa transformação que gostaríamos de refletir a partir da maior presença hoje da universidade nesses espaços.³ No entanto, se o atual reconhecimento da periferia no cenário político pode ser o ponto de partida, não é, porém, o ponto de chegada na luta por igualdades de direitos na cidade.

A escolha da extensão universitária para situar a nossa reflexão possui uma dupla função. De um lado, ajuda a levantar a discussão sobre a educação popular em espaços institucionais, perspectiva ainda relativamente nova no debate teórico do campo, que ainda se pensa prioritariamente a partir das experiências dos movimentos populares, o que às vezes obscurece a compreensão do cenário surgido a partir dos anos 1990, cuja marca é a interlocução entre movimentos sociais e políticas públicas. De outro lado, olhar a pesquisa a partir da extensão universitária visa lançar luz sobre um debate recente muito importante para pensarmos a própria organização e hierarquização dos saberes – tema tão caro ao campo da Educação Popular – que ocorre tanto na relação universidade/comunidades populares, já que a universidade funciona bem quando atua fora mas tem dificuldades em trazer os sujeitos da Educação Popular para dentro dos seus muros, currículos e compartilhamento de produção do saber acadêmico, quanto ajuda a ver dilemas no interior da própria instituição universitária, que estabeleceu regras rígidas de produtividade que desqualificam os saberes vindos das práticas da extensão universitária, face mais popular da universidade e, talvez por isso, a que continua sendo vista como um espaço de menor prestígio acadêmico.

Embora os bolsistas do Programa tivessem vindo de escolas públicas, o fator decisivo para seu ingresso na universidade havia sido a participação nos chamados pré-vestibulares populares. A partir de uma pesquisa com os estudantes ingressantes na UNIRIO em 2007, buscamos mapear a presença de oriundos desses movimentos. O ponto de partida desta pesquisa foi procurar saber se esse movimento político/cultural dos pré-vestibulares populares havia atingido a UNIRIO de forma significativa. Inicialmente, gastamos um longo tempo da nossa reflexão buscando precisar o que entendíamos por “impacto”, pois as definições correntes do termo remetem sempre a algo forte, profundo ou impressionante; um acontecimento que abala as estruturas vigentes. Ora, desse ponto de vista, estava claro que os pré-vestibulares não haviam impactado ainda a nossa universidade, pois a presença de alunos vindos desses movimentos se limitava a poucos cursos e, mesmo nesses, em pequeno número. Mas será que estávamos sendo iludidos pela semântica e a idéia de algo grandioso estava turvando a nossa visão e impedindo que enxergássemos a presença, ainda que difusa, desses alunos de origem popular? Tivemos que tentar vários caminhos metodológicos para captar essa realidade que se mostrava tão pouco conhecida e reconhecida em nossa universidade. Portanto, no próprio princípio de nossa pesquisa estava contida uma das suas principais conclusões: os pré-vestibulares populares ainda não

³ O conceito de território como central nas análises sociais deve muito à vasta obra do Geógrafo e Cientista Social brasileiro Milton Santos, que produz uma reflexão fundamental para se entender a necessidade de reafirmação do território como determinante analítico sobretudo na sociedade global que emerge ao fim do século XX. Como ele costuma afirmar, a despeito da aparente indiferenciação dos espaços e tempos advindo dos processos de globalização, cada um experimenta essa realidade a partir do território onde se encontra e, dizia, viver em Nova Iorque ou em Nova Dheli são experiências totalmente distintas mesmo numa sociedade global. Por reterritorialização estou entendendo a reapropriação de um território a partir de novas práticas sociais dos sujeitos ali residentes. Ver a respeito, Santos 2002.

causaram um impacto considerável na UNIRIO e alunos vindos desses cursos são muito poucos, mesmo naquelas graduações onde se concentram estudantes de perfil mais popular.

No início da pesquisa costumávamos brincar lembrando o famoso personagem dos quadrinhos, criado pelo cartunista inglês Martin Handford, chamado Wally, que apesar de usar uma camisa listrada, gorro, óculos e bengala estava sempre oculto no meio da multidão e a diversão é buscar avidamente encontrar o Wally em um cenário repleto de gente. De certa forma, analogia com “Onde está Wally?” fazia sentido, pois a universidade é ainda um espaço apropriado, majoritariamente, pelas classes médias e altas, e onde a presença de alunos de origem popular é quase despercebida. Partimos dos dados oficiais. No ano de 2007, segundo a COSEA (Coordenação de Seleção e Acesso), tivemos na UNIRIO a seguinte distribuição por cursos de pleiteantes ao ingresso vindos de pré-vestibulares populares:

Tabela 1

CURSO	CANDIDATOS
Arquivologia	1
Direito (Noite)	2
História	2
Medicina	2
Museologia	1
Nutrição	1
Pedagogia	2
Sistemas de Informação	2

Fonte: COSEA-UNIRIO, Memorando 079/2007

Os números da tabela acima se referem aos pedidos de isenção para o vestibular de 2007 e mostram o quanto é reduzida a procura pela UNIRIO por parte de alunos de pré-vestibulares populares. Os dados indicam apenas os alunos vindos de pré-vestibulares que solicitaram isenção de taxa de inscrição para o vestibular e não todos os inscritos que vieram desses cursos. Mesmo assim, é surpreendente que nenhum deles tenha conseguido ingressar na universidade pelo concurso vestibular de 2007, embora não saibamos se por terem fracassado na prova ou por terem optado por outra universidade. No entanto, o que importa destacar é que, segundo os dados oficiais, a UNIRIO não teria nenhum aluno oriundo de pré-vestibulares populares entre os ingressantes naquele ano. Porém, a nossa experiência desmentia esses dados, mas como explicar essa ausência de informações? Novamente, reforçava-se para nós a idéia de esses alunos eram invisíveis para a estrutura burocrática da universidade, o que explica, em parte, o fato de as políticas universitárias voltadas para alunos com esse perfil serem ainda insuficientes para atender aos discentes que precisam de apoio institucional para cursar a universidade com qualidade.

Pelos dados da Tabela 1 ficava claro que o lugar certo para se procurar esses estudantes era o Centro de Ciências Humanas e Sociais, o CCH. E foi para lá que dirigimos a nossa atenção, valendo-nos principalmente de uma rede de contatos informais, ou seja, do conhecimento prévio que tínhamos da existência de muitos estudantes vindos desses cursos. Isso implicou abandonar os dados oficiais e as metodologias mais quantitativas e migrar progressivamente para a utilização de métodos de pesquisa mais qualitativos.

Frente à impossibilidade de mapear exatamente onde se encontravam esses estudantes, optamos por concentrar esforços em dois cursos que sabíamos ter um perfil mais popular: Museologia e Arquivologia. Utilizamos um questionário composto de 15 perguntas fechadas, pois a intenção era traçar um perfil aproximado de quem era esse estudante. A amostra foi composta de 30 estudantes desses dois cursos, acrescida por um grupo focal com 22 de nossos bolsistas que eram oriundos de pré-vestibulares populares (Anexo 1).

O Quadro 1 comprova uma questão já bastante conhecida em nossa universidade, que é o perfil de aluno-trabalhador. Comprovamos que entre os egressos de pré-vestibulares populares 70% eram estudantes-trabalhadores. Ao ingressar, muitos deles cursarão as graduações oferecidas à noite, pois não podem abrir mão do emprego, mesmo que, geralmente, trabalhem em atividades precárias e mal remuneradas. O seu ingresso é fruto de muito esforço pessoal e/ou de estratégias familiares que permitam que tentem sucessivas vezes ingressar na universidade. Segundo o Quadro 2, menos da metade (40%) conseguiu ingressar na primeira tentativa. É um estudante que ingressa, geralmente, com mais de 23 anos, como nos mostram os dados do Quadro 3.

Os Quadros 4 e 5 confirmam a hipótese de que a maior parte desses estudantes são intelectuais de primeira geração, ou seja, vindos de famílias cujos pais não cursaram o ensino superior, pois apenas 10% dos pais cursaram universidade e somente 20% das mães têm ensino superior. A maioria (60%) vem de famílias numerosas e com renda mensal entre 1 e 3 salários mínimos (Quadros 9 e 10) e cursou pré-vestibulares gratuitos (80%), conforme mostra o Quadro 7. Isso levanta uma questão importante e pouco estudada que se refere a quem gere e para quem são destinados esses cursos. Dito de forma um tanto brutal, diríamos que essas iniciativas são criadas e geridas por jovens pobres e destinadas a jovens igualmente pobres. São, portanto, iniciativas solidárias da juventude de origem popular e que raramente contam com algum apoio institucional para seu funcionamento. Talvez essa característica explique tanto a adesão quase mística que mantém o engajamento de quem participa dessas experiências quanto, infelizmente, o seu grau de instabilidade, marcado por ausências de professores em muitas disciplinas, falta de material didático e até de local para seu funcionamento. A baixa institucionalização desses movimentos de juventude, longe de ser um mérito, é o seu “calcanhar de Aquiles”, sua maior dificuldade.

Um dado surpreendente foi a posição desses estudantes sobre as cotas raciais (Quadro 11), já que 90% se mostraram contrários a essa política de ação afirmativa. O que teria levado a que estudantes vindos de um movimento social que foi o precursor desse debate e, em grande medida, o responsável pela colocação do tema na agenda pública recente tivesse uma posição tão contrária ao que esperávamos? Sabemos que a amostra não foi feita com um número significativo de estudantes, mas mesmo assim chamava atenção por ser um público que, a princípio, imaginávamos como mais do que favoráveis fossem também defensores das políticas afirmativas. O que explicava essa despolitização do debate em nossa universidade? Em entrevista com a coordenadora do pré-vestibular “Almirante Negro” surgiram algumas pistas:

Na minha visão, com certeza as ações afirmativas são um ponto relevante e fundamental para aprovarmos mais alunos para a UERJ, por exemplo. Além disso, com relação à UNIRIO são poucas as pessoas de pré-vestibulares populares que tentam por inúmeros fatores: a UNIRIO é difícil de conceder isenção; não tem muitos cursos que o nosso público quer; a prova da primeira fase é considerada difícil por nossos alunos; há poucas informações sobre a data dos processos seletivos e é considerada longe para muitos deles (dados de entrevista).

A impressão inicial de invisibilidade e pouco reconhecimento desses estudantes em nossa universidade começava a tomar contornos mais claros. Afinal, esses jovens haviam rompido uma barreira importante em uma sociedade tão hierarquizada como a brasileira, pois apesar de serem filhos de famílias economicamente desfavorecidas haviam conseguido, por mérito pessoal e de sua rede familiar e social, ingressar na universidade pública, formadora da elite nacional. Como estavam vivenciando essa experiência tão intensa? Será que se envergonhavam de sua origem humilde? Ou, ao contrário, era um grupo de militantes da “causa” dos pré-vestibulares populares?

É claro que esse sujeito não existia nessa pureza esquemática das hipóteses de pesquisa e esses estudantes combinam muitas dessas características simultaneamente. Novamente, essa percepção vinha mais do nosso conhecimento prévio, onde essas questões sempre apreciam. Optamos por nos voltarmos agora para o nosso próprio projeto e fazer entrevistas em profundidade entre os estudantes integrantes do projeto “Conexões de Saberes - UNIRIO”. Em grupos focais fizemos apenas 3 perguntas: 1. “Qual foi o impacto na sua vida do seu ingresso na universidade?”; 2. “O que você mais gostou na UNIRIO assim que ingressou?”; 3. “Qual a sua maior dificuldade para permanecer na universidade?” Abaixo, algumas respostas selecionadas entre um grupo de 22 entrevistados:

No primeiro momento que soube, o que passou na minha cabeça era como iria me manter numa universidade se estava desempregada. Então comecei a fazer várias coisas para vender e até trabalhei de diarista, pois no primeiro período não tinha aula na sexta-feira. Minha vida mudou completamente, tendo que sair todos os dias para um lugar que eu não sabia, não conhecia. Hoje já é mais tranquilo. Quando entrei percebi que os alunos tinham que correr atrás dos professores, pois não era igual ao Ensino Médio.

O que pude perceber foi que tenho capacidade de elaborar textos, de me expressar, mesmo timidamente. Pessoalmente, estou descobrindo que tenho capacidade de várias coisas que nunca me passaram pela cabeça ter. O que gosto é ter oportunidade de conhecer várias pessoas, sejam do meu curso ou diferente e o conhecimento em geral.

A minha maior dificuldade é conseguir dar conta de todos os textos, seminários e provas e também de me manter financeiramente (Fabíola, estudante de Pedagogia).

O primeiro [impacto] é o de acreditar, pois já tinha perdido a esperança. O segundo é lidar com as diferenças metodológicas, pois depois de dois anos e meio de pré-vestibular você já fica acostumado a decorar e na universidade tinha que ter o hábito de ler...

Em primeiro [o que mais gostou] foi ter conseguido passar e perceber que eu não era a única que estava aqui que tinha dificuldades em permanecer. O segundo foi começar a adquirir hábitos que não possuía, um exemplo: ler. Bem, hoje às vezes me pego entrando em livrarias e procurando algo interessante para ler, coisa que não fazia antes. [maior dificuldade] ...a parte financeira, pois não é fácil gastar o que não se tem, mas sei que esse gasto está sendo bem gasto, pois vou aproveitar tudo para poder retribuir o que estão fazendo hoje por mim (Fernanda, Pedagogia).

Quando passei no vestibular eu estava vivendo um momento decisivo, pois já estava com 18 anos e precisava encontrar um caminho que levasse a retribuir todos os esforços feitos pelos meus

pais. No momento que eu constatei que tinha sido aprovada vivi um momento único, pois nesse dia estava na fila de emprego de um supermercado e através de um jornal emprestado tive a tão sonhada notícia. Naquele instante, no meio daquela fila imensa, eu percebi que podia contrariar as estatísticas que afirmam que pessoas pobres só ocupam empregos subalternos. A minha grande dificuldade na UNIRIO foi a questão de ler textos e fazer os trabalhos (Vanessa, Pedagogia).

O fato é que sua presença ainda não suscitou ações afirmativas capazes de garantir sua incorporação efetiva à vida acadêmica. Somado a isso, a falta de informações mais precisas sobre as condições de permanência de alunos de baixa-renda na universidade impede o desenvolvimento de estratégias institucionais mais bem focadas. Experiências, como as bolsas permanência, muitas vezes utilizam esses estudantes como mão de obra terceirizada para suprir carências administrativas, retirando esses estudantes das atividades fins, que seriam estudo, pesquisa e extensão.

Quando terminávamos a pesquisa e a escrita desse texto chegou às nossas mãos uma segunda pesquisa que havíamos feitos com jovens do Ensino Médio, que hoje estão no lugar em que antes nossos bolsistas estavam, isto é, olhando a universidade de fora e cheios de esperanças e projetos. O depoimento foi escrito por um jovem de um pré-vestibular popular e não foi identificado com nome, mas achamos que representa muito bem o espírito que quisemos dar a esse trabalho. Gostaríamos, assim, de terminar com uma fala de esperança daqueles que ainda estão chegando:

Espero simplesmente uma oportunidade, principalmente de receber um bom ensino que me qualifique a concorrer de igual com qualquer outro profissional da mesma área. Espero e vou cobrar da universidade pública respeito e qualidade de ensino [manuscrito].

3. O direito à educação superior e os rumos da democracia brasileira

Em 2010, a sociedade brasileira completa 25 anos de redemocratização, combinando estabilidade política e ausência de direitos sociais plenos. A nossa jovem democracia é um exemplo radical de como o processo democrático pode ser ao mesmo tempo bem sucedido e incompleto, pois reconstruímos os mecanismos políticos de participação, mas não conseguimos dar fim à extrema desigualdade social do país. O aprofundamento desse debate nos possibilita discutir a questão democrática brasileira em um momento particularmente significativo para o país, quando ultrapassamos a nossa maioria democrática. Para os cidadãos, a chegada à maioria significa o pleno usufruto de seus direitos e deveres políticos e civis. No debate ético, o tema da maioria relaciona-se diretamente à responsabilidade por nossos atos e pelas conseqüências que deles decorrem. É chegado o tempo de se fazer um balanço sobre a jovem democracia brasileira. Por isso, a chegada à nossa maioria democrática coloca a exigência e a urgência de nos responsabilizarmos pela construção de uma nação mais justa, generosa e efetivamente democrática para todos os brasileiros.

A educação, em geral, e a universidade, em especial, são mecanismos fundamentais para que se complete a transição democrática e redefinamos a agenda política brasileira no rumo da construção de uma democracia de fato e não apenas de direito. Nesse processo, a universidade terá que repensar seus próprios limites institucionais, com vistas à manutenção de sua função vital de produtora de conhecimento, mas com consciência de sua função social, importantíssima para a transformação da realidade brasileira (Cury, 2002). O movimento que essas experiências virtuosas parecem sinalizar é a construção coletiva de uma agenda de desenvolvimento da educação que construa uma visão sistêmica capaz de

articular os vários níveis de ensino, usando a educação básica como pêndulo organizador em torno do qual se deve concentrar o debate sobre qualidade e não apenas sobre expansão qualitativa das matrículas.

Na universidade há que se manter também um compromisso radical com a avaliação, sob o risco de se repetir o caminho trilhado pela educação básica que se universalizou à custa da perda de qualidade e, nesse sentido, se esvaziou de significação e relevância. Sob essa ótica, é perversa a idéia de uma “universidade popular” se isso significar o sucateamento da qualidade acadêmica da universidade pública. Porém, a universidade não pode mais ser um filtro excludente que ajuda a determinar destinos sociais tão assimétricos entre os estudantes a partir de sua condição socioeconômica.⁴ Para os que recusam uma agenda de ação afirmativa no ensino superior esse período iniciado na última década certamente não é um dos mais tranquilos, pois temos sido forçados a encarar frente a frente a desigualdade e a diferença. Para os que não aceitam essa tradição de ocultamento da desigualdade, está posto o desafio de lidar com a assimetria pela via dos direitos, seja pela transformação de experiências virtuosas da Sociedade Civil em políticas públicas, seja lutando para instituir essas políticas públicas bem sucedidas em políticas de Estado, visando aumentar a escala e manter a continuidade desse processo.

Nesse caminho, há que se repensar as dicotomias hierarquizantes que não contribuem para uma visão sistêmica da própria universidade. A pesquisa é fundamental, pois é a base produtora do conhecimento, função primeira e última da universidade, mas a extensão universitária também produz muito conhecimento e, sobretudo, traz para a universidade questões que ela habitualmente não se coloca, pois ainda não está familiarizada com a troca de saberes com os grupos populares. Nesse sentido, é inadmissível que se considere normal a extensão universitária não ter ainda um conjunto de instrumentos legais que permitam o pagamento de bolsas para estudantes e docentes, assim como existe e é aceito na área da pesquisa.

Democratizar a universidade com equidade e qualidade é um desafio que está além dos muros da instituição e pressupõe o equilíbrio entre o passado (dívida educacional) e o futuro (exclusão cognitiva dada pela aceleração da tecnologia), entre o universalismo e o reconhecimento da diferença e, para tanto, a universidade tem que incorporar o diálogo com a sociedade como condição de sua renovação.

Quando iniciamos a seleção para o projeto, abrimos a porta para uma dimensão que era desconhecida mesmo por nós, profissionais acostumados a pesquisar a desigualdade brasileira, pois tivemos acesso a uma nova compreensão dessa realidade vinda pela própria voz desses sujeitos, jovens e adultos, homens e mulheres que estão experimentando também um momento novo e radical nas suas trajetórias existenciais. Os relatos aqui reunidos são o resultado dessa descoberta, que foi ao mesmo tempo individual e coletiva, pois, ao ouvirmos eles contarem as suas dificuldades e conquistas na universidade, pudemos olhar para a nossa própria instituição de forma diferente, como também compreender, de modo mais denso, a vivência nas comunidades populares de origem de nossos bolsistas. Entrevistamos dezenas de estudantes de origem popular na UNIRIO, candidatos a uma vaga no projeto, e percebemos que conhecemos muito pouco os nossos alunos. Cada um tem uma história de luta e de esperança que não conhecemos. E por não conhecer, não nos responsabilizamos por transformar a universidade em um lugar melhor, capaz de produzir um conhecimento mais completo, somente possível à medida que consiga incorporar ao seu quadro discente e docente pessoas de diversas origens sociais, econômicas e raciais.

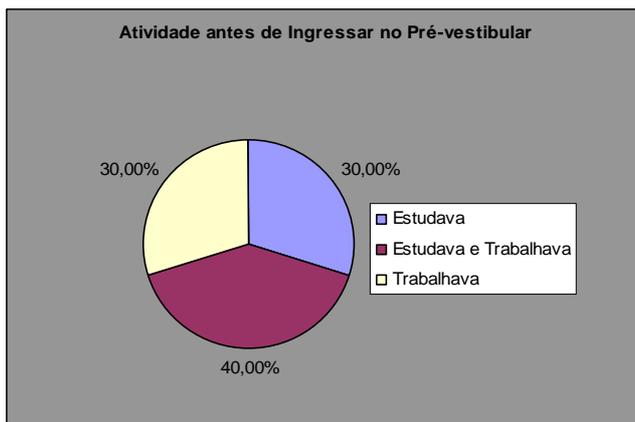
⁴ Segundos dados do INEP, apenas 10% dos jovens brasileiros (entre 18 e 25 anos) estão na universidade, índice baixo em comparação com outros países como a Argentina, onde esse número chega a 40% ou nos EUA onde bate os 70%.

Em um texto importante, Sposito (2004, p.123) define como uma das marcas identitárias fundamentais da juventude brasileira contemporânea o que classificou de um “mergulho na *sociedade escolarizada*”, isto é, a escola e a universidade estão no centro da vivência cotidiana dos jovens brasileiros. Nesse sentido, as instituições públicas de ensino são espaços privilegiados para a ampliação das ações no campo da educação e da cultura, pois tem um forte impacto na criação de alternativas reais para os jovens pobres, criando novas redes sociais no campo da cultura democrática, funcionam, assim, como nós dentro de uma rede de intervenções republicanas de ampliação dos horizontes educacionais e existenciais da juventude. A dimensão pedagógica das redes socioculturais deriva do fato delas serem espaços fundamentais para a construção das identidades e práticas sociais dos indivíduos.

Aproximar a universidade das escolas públicas e de outros territórios populares reorganiza, de modo profundo, a compreensão sobre a produção do conhecimento, associando intrinsecamente mérito acadêmico à relevância social. O caminho a se percorrer para a construção de uma universidade cada vez mais democrática é longo, mas a caminhada tem sido, até então, repleta de descobertas e desafios. Mas cabe a nós, cidadãos plenos, a decisão sobre os rumos a tomar nos caminhos trilhados nessa geografia mítica que chamamos nação.

Anexo: Perfil de estudantes da UNIRIO vindos de pré-vestibulares populares em 2007.

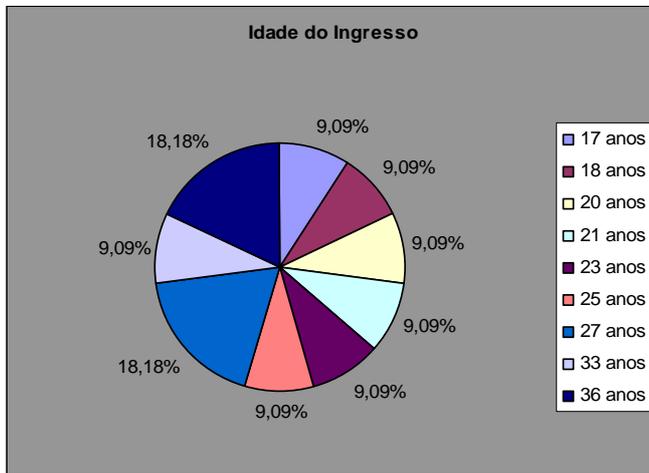
Quadro 1



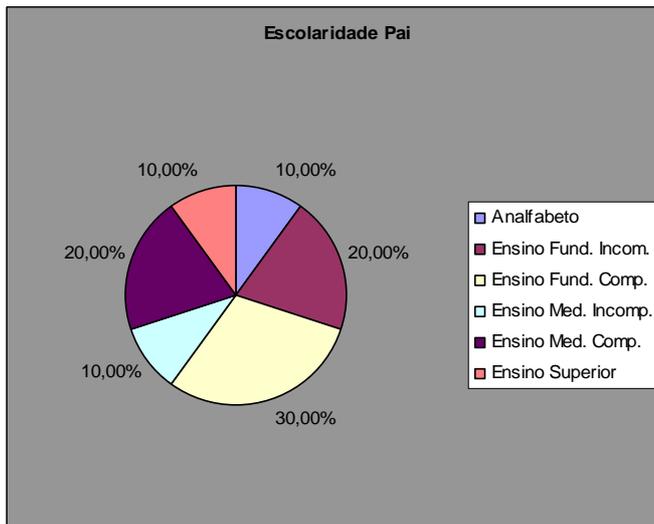
Quadro 2



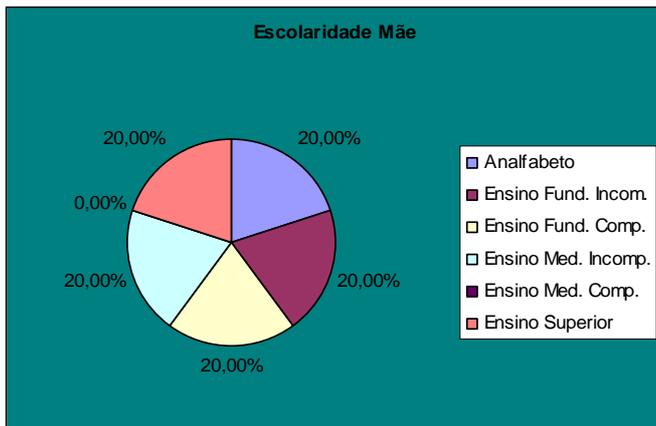
Quadro 3



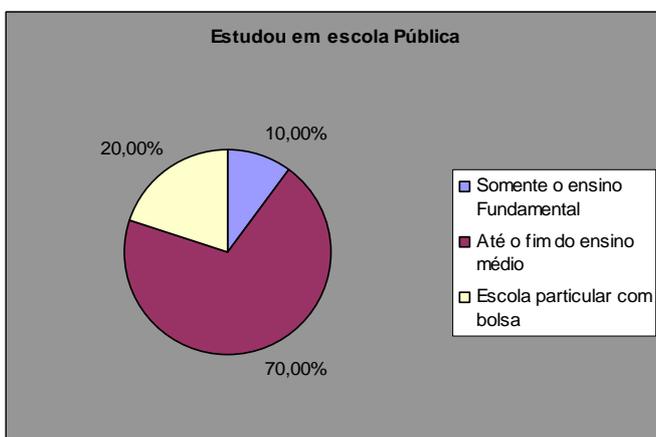
Quadro 4



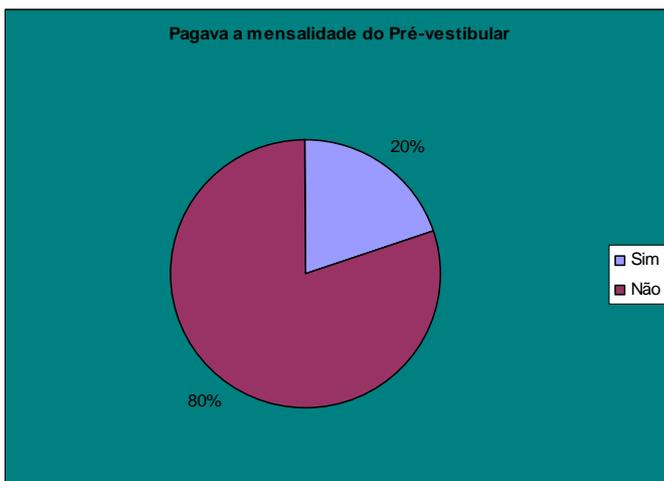
Quadro 5



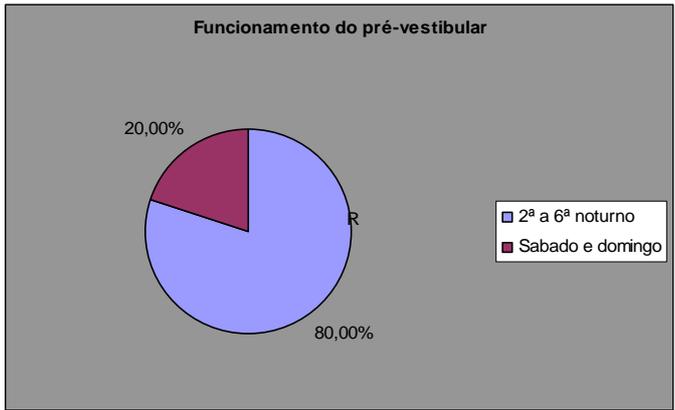
Quadro 6



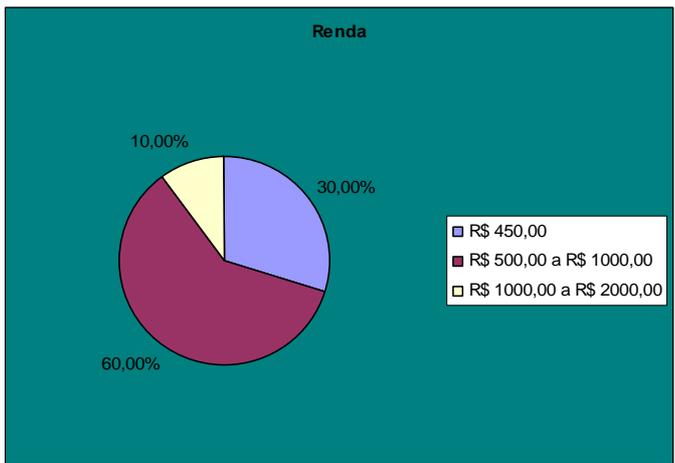
Quadro 7



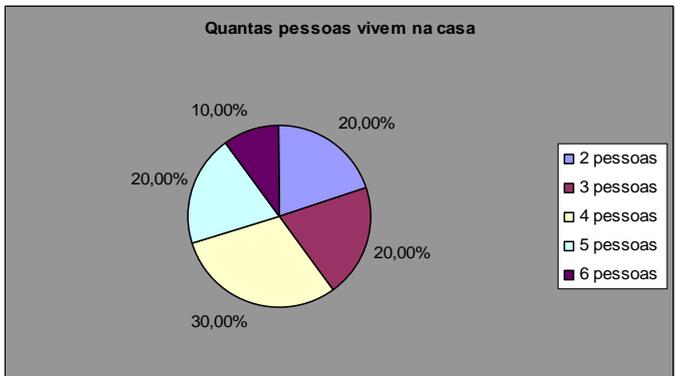
Quadro 8



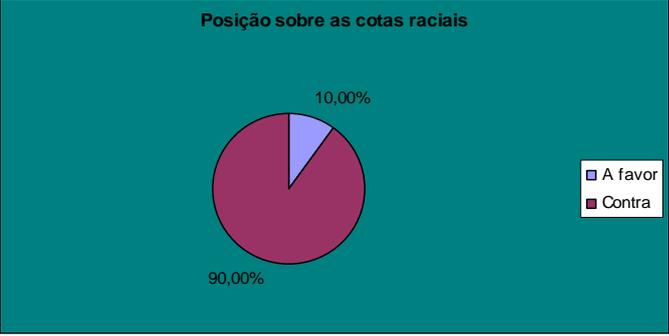
Quadro 9



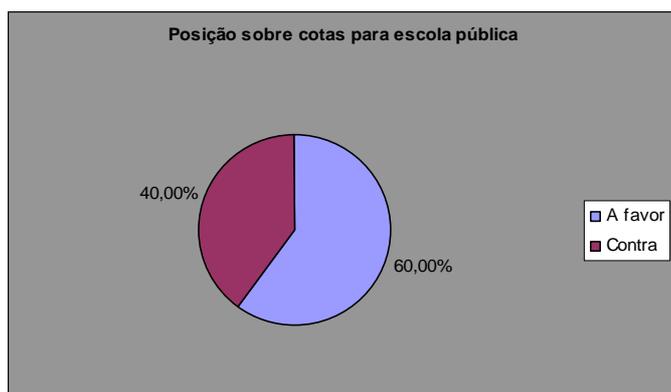
Quadro 10



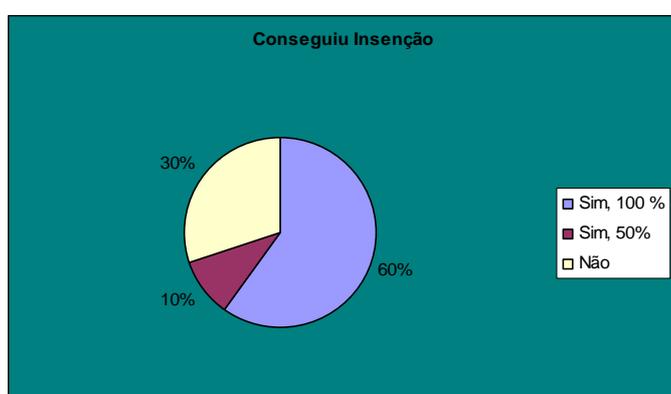
Quadro 11



Quadro 12



Quadro 13



Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Marconi (org.). **Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma Pesquisa Nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005

ABRAMAVOY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (org.). **Juventude, Juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006.

CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

CONEXÕES DE SABERES. **Anais do II Seminário Nacional**. Brasília: SECAD/MEC, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito á educação: direito à igualdade, direito à diferença**. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p.245-262. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

FONAPRACE. **Perfil Socioeconômicos dos Alunos da UNIRIO** [disponível em www.unirio.br/propg/extensão/index.htm], 2003/2004.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento. A Nova Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. O direito à literatura. In: **Educação, Cidadania e Direitos Humanos**, José Sérgio Carvalho (org.). Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

PINHEIRO, Diógenes. O Perfil dos Estudantes da UNIRIO de Origem Popular. **Relatório de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Departamento de Pesquisa/UNIRIO, 2005/2006.

PINHEIRO, Diógenes; LEHMANN, Lúcia de Melo e Souza e MEDEIROS, Sandra Albernaz. Linguagens, espaços e práticas: outras formas de falar da juventude. In: **Pesquisas em Educação**, Guaracira Gouvêa [et al.] (Org.). Rio de Janeiro: Editora 7 Letras/UNIRIO/CAPEL, 2007.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SOUZA E SILVA, Jailson – **Por Que Uns e Não Outros? Caminhada de Jovens Pobres para a Universidade**. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2003.

_____ e BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela. Alegria e Dor na Cidade**. Rio de Janeiro: Senac-Rio/X-Brasil, 2005.

SILVA, Elionalva Sousa – **Ampliando Futuros. A Experiência do Pré-vestibular da Maré**. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: **Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma Pesquisa Nacional**, Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Marconi Branco (org.). São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.